



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS CORRENTE
CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

CLÁUDIA DE SOUZA AMORIM OLIVEIRA

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADE ESPECIAIS MOTORAS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL

CORRENTE

2023

CLÁUDIA DE SOUZA AMORIM OLIVEIRA

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADE ESPECIAIS MOTORAS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico)
apresentado como exigência parcial para obtenção
do diploma do Curso de Especialização em
Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí,
Campus Corrente

Orientador: João Paulo Peixoto Costa

CORRENTE

2023

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADE ESPECIAIS MOTORAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Cláudia de Souza Amorim Oliveira¹
João Paulo Peixoto Costa²

RESUMO

A inclusão é um assunto que vem ganhando cada vez mais espaço nos debates no âmbito educacional. As instituições de ensino têm reconhecido a importância da inclusão buscando o bem-estar dos alunos para que estes tenham sucesso acadêmico e social. Considerando que a inclusão dessas crianças é obrigatória, este estudo tem como problemática o seguinte questionamento: quais são os desafios na inclusão de crianças com necessidades especiais e quais práticas podem ser adotadas para enfrentar as barreiras na inclusão? A escolha do tema justifica-se pelo interesse em trazer uma reflexão sobre o desenvolvimento educacional das crianças com deficiência na educação infantil, levando em consideração a diversidade e a construção de uma sociedade justa e inclusiva, uma vez que as instituições escolares estão ligadas a conceitos que exigem mudanças, onde a escola é um espaço social e de formação. O objetivo geral deste estudo é analisar práticas inclusivas de crianças com necessidades especiais na educação infantil. Objetivos específicos: compreender o contexto histórico da inclusão na legislação educacional brasileira; discutir estratégias de inclusão de alunos com necessidades especiais na educação infantil; compreender a importância da capacitação de professores no trabalho com a inclusão. Baseada em uma metodologia do tipo qualitativa, exploratória com levantamento bibliográfico, orientada pela investigação, revisão e análise em material teórico e documentos sobre a inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, este estudo considera os aspectos históricos para compreender o atual momento que se passa a inclusão escolar de alunos com deficiência. Os resultados da pesquisa mostraram que através de profissionais qualificados e bem preparados para atuar na inclusão é possível promover a integração desses educandos nas instituições de ensino, por meio de uma formação consciente e transformadora.

Palavras-chave: escola; professor; alunos; inclusão.

ABSTRACT

Inclusion is a subject that is gaining more and more space in educational debates. Educational institutions have recognized the importance of inclusion, seeking the well-being of students so that they can have academic and social success. Considering that the inclusion of these children is mandatory, this study addresses the following question: what are the challenges in including children with special needs and what practices can be adopted to address barriers to inclusion? The choice of the theme is justified by the interest in bringing a reflection on the educational development of children with disabilities in early childhood education, taking into account diversity and the construction of a fair and inclusive society, since school institutions are linked to concepts that require changes, where the school is a social and training space. The general

¹Bacharel em Direito pela Faculdade do Cerrado Piauiense. Pós -graduanda do curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí- IFPI. E-mail: claudiamorimo@gmail.com

objective of this study is to analyze inclusive practices for children with special needs in early childhood education. Specific objectives: understand the historical context of inclusion in Brazilian educational legislation; discuss strategies for including students with special needs in early childhood education; relate inclusion policies and teacher training. Based on a qualitative, exploratory methodology with bibliographical survey, guided by investigation, review and analysis of theoretical material and documents on the inclusion of children with disabilities in Early Childhood Education, this study considers historical aspects to understand the current situation. The school inclusion of students with disabilities. The research results showed that through qualified professionals who are well prepared to work on inclusion, it is possible to promote the integration of these students in educational institutions, through conscious and transformative training.

Keywords: school; teacher; students; inclusion.

Data de aprovação: 18/12/2023.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão no ambiente escolar a constitui-se como uma prática recente na universalização da educação. Essa inclusão visa aceitação às diferenças individuais, valorização de cada pessoa, promoção da aprendizagem através do respeito à diversidade, ou seja, a inclusão visa uma educação eficaz para todos os alunos em que as escolas devem atendê-los independente das suas características físicas ou psicológicas.

A inclusão é um assunto que vem ganhando cada vez mais espaço nos debates no âmbito educacional. As instituições de ensino têm reconhecido a importância da inclusão buscando o bem-estar dos alunos para que estes tenham sucesso acadêmico e social. Diante disso, este estudo tem como tema a inclusão de crianças com necessidades especiais na educação infantil.

O direito e acesso à educação são garantias constitucionais previstas na legislação brasileira. A inclusão é um direito que garante e promove a aprendizagem permitindo o desenvolvimento da criança com necessidades especiais. De acordo com Silva e Dias (2022) a inclusão é capaz de ressignificar a educação através de práticas inclusivas que atendam as necessidades dos alunos com deficiência ou não.

Considerando que a inclusão dessas crianças é obrigatória, este estudo tem como problemática o seguinte questionamento: quais são os desafios na inclusão de crianças com necessidades especiais e quais práticas podem ser adotadas para enfrentar as barreiras na inclusão?

A escolha do tema justifica-se pelo interesse em trazer uma reflexão sobre o desenvolvimento educacional das crianças com deficiência na educação infantil, levando em consideração a diversidade e a construção de uma sociedade justa e inclusiva, uma vez que as instituições escolares estão ligadas a conceitos que exigem mudanças, onde a escola é um espaço social e de formação. Considera-se a educação inclusiva como um modelo educacional referendado por políticas públicas, no entanto ainda distante da realidade escolar.

A educação infantil inclusiva não é exceção, e as séries iniciais precisam oferecer aprendizado de maneira ampla e colaborativa, oferecendo oportunidades e estratégias iguais para que todos possam atingir seu potencial. A instituição escolar tem o papel principal de preparar e acolher o seu alunado para que eles possam viver e conviver com as diversidades, aprendendo que todos são diferentes, onde todos tem características individuais, e que nem sempre são atendidos em suas particularidades.

Nesse contexto, o objetivo geral deste estudo é analisar práticas inclusivas de crianças com necessidades especiais motoras na educação infantil. Objetivos específicos buscam compreender o contexto histórico da inclusão na legislação educacional brasileira, discutir estratégias de inclusão de alunos com necessidades especiais na educação infantil e debater a importância da capacitação de professores no trabalho com a inclusão.

Baseada em uma metodologia do tipo qualitativa, exploratória com levantamento bibliográfico, orientada pela investigação, revisão e análise em material teórico e documentos sobre a inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, este estudo considera os aspectos históricos para compreender o atual momento que se passa a inclusão escolar de alunos com deficiência.

Para facilitar a compreensão desse tipo de pesquisa Machado (2021) explica que a pesquisa qualitativa examina evidências, portanto, se baseia em dados verbais e visuais para compreender fenômenos com mais clareza e que os dados são coletados de forma sistemática. Segundo a autora, a pesquisa qualitativa requer técnica de análise de dados específicas e utiliza de textos, palavras, imagens e outros meios.

A técnica de coleta de dados utilizada neste estudo foi a revisão de literatura. De acordo Tumelero (2018) a revisão de literatura é considerada como uma das partes mais importantes de uma pesquisa acadêmica. Segundo a autora, a revisão de literatura fornece embasamento teórico para o trabalho possibilitando a compreensão do texto. A autora define a revisão de literatura como a contribuição de fontes de pesquisa.

Dessa forma, foi realizada a escolha de artigos associados ao tema analisados nas seguintes etapas: leitura seletiva, escolha do material referente às propostas do tema de estudo, com execução de leitura interpretativa e redação.

2. CONTEXTO DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A Declaração de Salamanca foi um documento elaborado em 1994 durante a Conferência Mundial sobre a Educação Especial, em Salamanca, na Espanha. Este documento amplia o conceito de necessidades educacionais especiais sendo base para formulação e reforma de políticas públicas na educação que consolidou a educação inclusiva. Conforme a Declaração de Salamanca 1994 todas as crianças com necessidades educacionais especiais devem receber apoio nas escolas inclusivas. Essas escolas devem reconhecer e responder às diversidade desses alunos, assegurando sua aprendizagem

De acordo com Sestari (2022) o conceito de educação inclusiva está relacionado ao acesso e permanência de pessoas nas instituições de ensino, independente da sua condição física, intelectual ou necessidades especiais.

Apesar do histórico de lutas, a inclusão de alunos com necessidades especiais está prevista na legislação brasileira objetivando a efetivação, integração e inclusão através do atendimento especializado. A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 3º, inciso IV como objetivo fundamental “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” (BRASIL, 1988).

Com base neste inciso III do artigo 3º da Constituição Federal (1988) é possível afirmar que o texto traz a ideia de inclusão fundamentada na premissa que todas as pessoas têm direitos iguais, são respeitadas e valorizadas independente das suas diferenças. Diante disso, o artigo 205 da Constituição Federal (1988) estabelece que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Diante dos objetivos traçados pela inclusão escolar o artigo 205 é base para afirmação do direito de todos a frequência permanente na escola. Assim como a Constituição Federal (1988), outros documentos são bases para garantir o direito de todas as pessoas à educação a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Plano Nacional de Educação-PNE.

A Lei nº 9.394 de 1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) define a educação especial e assegura o atendimento aos educandos com necessidades especiais estabelecendo que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018). (BRASIL,1996).

De acordo com a proposta do artigo 58 da LDB 1996 verifica-se que a inclusão deve acontecer de acordo com as condições e capacidades dos educandos. Estes alunos, segundo a LDB (1996) tem o direito de frequentar o ensino regular e devem ser assegurados serviços especializados para aqueles que não possuem certas competências. Com base no artigo 58 ainda é possível afirmar que a lei exige adequação das instituições de ensino em todo o espaço escolar para atender as necessidades específicas de cada educando.

O Plano Nacional de Educação-PNE (2014) define as bases da política educacional brasileira até 2024. Na meta 4 o PNE (2014) tem a seguinte proposta:

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Ao analisar a meta 4 do PNE (2014) entende-se que o desafio na inclusão de crianças com necessidades especiais requer não apenas mudanças na estrutura física das instituições de ensino, mas também modificações nas práticas pedagógicas em sala de aula. Com a efetivação da meta 4, é possível promover o desenvolvimento integral dos educandos na construção de uma escola mais inclusiva

A Lei nº 13.146 de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) é aceita como uma grande conquista e define a deficiência como um atributo que não pode ser deslocado do contexto, uma vez que se dá na interação de uma pessoa que possui uma ou mais

características. Portanto, o que deve acontecer é a eliminação dessas barreiras de discriminação, arquitetônicas, urbanística, na tecnologia, no transporte e entre outras.

Ciríaco (2020) enfatiza no que se refere a inclusão de estudantes com necessidades especiais que:

Muitas leis regulamentam o sistema e a política educacional; elas enfatizam um olhar para as diferenças, a diversidade e a inclusão. Assim, com a análise das leis e de estudo mais aprofundado, podemos perceber que a legislação pode estar voltada para o processo de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, mas a inclusão real está longe de acontecer, uma vez que ela não se restringe às pessoas com deficiência e sim a todos os sujeitos que não têm possibilidade de estar de uma forma ou de outra inseridos no âmbito educacional. Não adianta apenas existirem leis, é necessário que se tenha uma visão ampla da realidade educacional do país; apesar de se falar em educação para todos, temos que analisar como essa educação vem acontecendo e se ela está realmente preparada para incluir a todos sem deixar lacunas no que se refere a um trabalho para a diversidade (p. 2).

Com base na análise desta afirmação e nas leis abordadas até aqui, verifica-se que ao longo dos anos as pessoas com necessidades especiais foram conseguindo com que seus direitos fossem assegurados em lei através de decretos, resoluções, legislações e pareceres, entre outros documentos.

2.1 A inclusão de crianças com necessidades especiais motoras na Educação Infantil

Apresentada como a primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é um nível da educação que muitas vezes é questionado e subestimado, pois é por meio da educação infantil que muitas oportunidades são apresentadas para diversas crianças. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Recnei): “é do direito de todas as crianças de uma comunidade, meninos e meninas, estudar na mesma escola, não importando as necessidades existentes” (BRASIL, 2001, p. 46).

Portanto, a educação infantil é um nível da Educação Básica essencial para que as crianças tenham convívio social, além do convívio com a família. É o nível da educação em que a criança aprende a se relacionar com a sociedade, despertando e desenvolvendo suas habilidades que contribuirão na sua formação como cidadão. Considera-se que a educação infantil é a base para os demais níveis da educação, permitindo que as crianças cresçam com mais autonomia, aprendam a lidar com as diferenças e criem laços de amizade.

A obrigatoriedade de matrícula de crianças dos 4 aos 5 anos de idade é garantida pela LDB (1996). Nesse contexto, as escolas têm recebido cada vez mais uma grande demanda de alunos na educação infantil. Os alunos que apresentam necessidades especiais muitas vezes chegam nas instituições e não encontram um local adequado para atender.

A Política Nacional de Educação Especial (2008) define o portadores de necessidades especiais aquele que “por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas”.

As instituições de ensino, família e a comunidade tem intensificado ainda mais a luta no que se refere à educação inclusiva de crianças com necessidades especiais. De acordo com a Política Nacional da Educação Infantil – PNEI (Brasil, 2006), “a Educação Infantil tem uma função diferenciada e complementar à ação da família, o que implica uma profunda, permanente e articulada comunicação entre elas”. Nesse contexto, ao chegar na etapa da Educação Infantil a criança amplia o seu convívio social, assim o professor começa a observar criança e a sua

forma de se relacionar com o mundo é a partir dessas observações que a escola vai compartilhar com a família as necessidades especiais da criança e buscar apoio de outros profissionais.

Quando se trata da inclusão de crianças com necessidades especiais na educação infantil Silva e Oliveira (2021) destacam que essa inclusão ultrapassa diferentes caminhos. Desta forma, é essencial respeitar as diferentes identidades valorizar as diferenças de cada criança por meio da interação. Conforme Silva e Almeida (2021) a inclusão escolar desses alunos é um processo muito importante não apenas no acesso, mas o acompanhamento e desenvolvimento daqueles com necessidades especiais.

De acordo com Vanderson de Sousa Silva e Mônica Oliveira (2021, p. 5),

A inclusão e integração dos alunos nas escolas atualmente por ser obrigatória, estão sendo maiores, as modificações do espaço escolar para fazer com que este seja acessível também está sendo respeitado em algumas escolas. Que apresentam salas de recursos bem equipadas, claro que isso não é a realidade de todas as escolas do Brasil.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que a inclusão escolar de crianças com necessidades especiais motoras requer modificações também na falta de professores capacitados para receber essas crianças, na dificuldade para obter diagnóstico e outros desafios cotidianos vivenciados pelas instituições de ensino no trabalho de inclusão.

A PNEI (BRASIL, 2006) também destaca que “a educação de crianças com necessidades educacionais especiais deve ser realizada em conjunto com as demais crianças, assegurando-lhes o atendimento educacional especializado mediante avaliação e interação com a família e a comunidade”. Esta proposta direciona para LDB (1996) em que estabelece a frequência de alunos com necessidades especiais no ensino regular. Com isso, o papel das instituições de ensino é promover ações que colaborem para o desenvolvimento da criança.

De acordo com Oliveira (2023) na educação infantil a escola deve promover experiências necessárias para conduzir a aprendizagem da criança, assim como avaliar os valores que poderão desenvolver em todas as crianças atendidas, posicionando-se em frente às políticas de inclusão.

Diante disso, a inclusão exige comprometimento de todos os membros da escola. Alves (2003) afirma que:

Conhecer ou procurar se aprofundar na vida pessoal, no ambiente familiar destes indivíduos para que possa planejar as tarefas de ensinar, com mais profundidade e atenção, só assim irá ocorrer a transformação, por menor que seja. Para que haja esta transformação se faz necessário que o educador tenha uma boa formação e procure sempre estudar e pesquisar para melhorá-la (Alves, 2003, p. 59-60)

Conforme essa afirmação entende-se que a escola deve buscar conhecer seus alunos, pois é a melhor forma de oferecer condições adequadas para estes educandos. O trabalho pedagógico deve adequar e estimular as práticas que proporcionam o desenvolvimento das habilidades da criança que poderá adquirir conhecimento fundamental para a sua formação.

2.2 Políticas de inclusão e formação de professores

Nesta seção discute-se a importância da formação continuada de professores alinhada ao processo de inclusão. Destaca-se que esta formação é indispensável para que a inclusão ocorra de forma mais ampla oferecendo condições de atendimento educacional adequado às necessidades dos alunos. Oliveira (2017) reforça que a formação continuada docente é

fundamental e deve ser obrigatória quando se trata do processo de inclusão, pois deve oferecer a compreensão prática pedagógica de maneira inclusiva.

O papel do professor o seu trabalho para lidar com crianças portadores de necessidades especiais em sala de aula tem sido uma questão debate de dentro da educação inclusiva. Conforme Convento (2022) muitos professores não se sentem preparados para receber essas crianças se tornando um desafio tanto para a escola quanto para professores. Oliveira (2023) explica que o professor da Educação Infantil normalmente é capacitado para atender alunos de 0 a 6 anos de idade, mas poucas vezes recebe informação para trabalhar com alunos portador de necessidades especiais. Nesse contexto, apresentam-se inúmeros conflitos pelas dificuldades enfrentadas por esses professores que realizam um trabalho com esses alunos que antes era desenvolvido em turmas específicas e por profissionais da área.

Segundo Fumegalli (2012) o despreparo de professores para trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais é vista como uma barreira na efetivação da inclusão, no entanto não é um fator determinante nesse processo, pois estes profissionais, em sua maioria, se preocupam em promover a inclusão de todos os alunos com atividades desenvolvidas na escola procurando incluir também aqueles com necessidades especiais.

Para Silva e Oliveira (2021) o papel do professor na educação inclusiva é indispensável sendo este o principal responsável por direcionar o processo pedagógico. Diante disso, a inclusão tem como um dos principais objetivos fazer com que o professor seja capaz de excluir a visão de incapacidade das crianças com necessidades especiais. Entende-se que o papel do professor na inclusão de alunos com necessidades especiais é que este deve ser um facilitador desse processo contribuindo no desenvolvimento das crianças e desenvolvendo um trabalho bem planejado para promover o respeito às diferenças.

Fumegalli (2012) já discutia sobre a educação inclusiva na formação de professores a partir de políticas públicas educativas, defendendo que a escola deve ser concebida como o espaço que visa atender todos os alunos. Verifica-se a importância na qualidade da educação na luta pela garantia da dignidade e a aprendizagem do aluno.

Diante dessa afirmação discute-se a importância da formação de professores que deve ser um processo contínuo para atender as demandas dos alunos. Além da formação inicial dos professores Santos; Paula; Fascina (2020) ressaltam a necessidade de especializações e pesquisas que precisam acompanhar o processo de formação desses professores. Vale pensar em uma ação conjunta entre as universidades e a educação básica para promover esse processo inclusive iniciando pela formação dos professores que são os principais agentes em contato com o aluno.

Conforme Lira (2004) é preciso priorizar “a formação do professor, pois sem ela nenhum projeto, nenhum currículo, nenhuma estratégia tem sentido” (2004, p.4). Essa capacitação de professores contribui para uma educação de qualidade, visto que a falta de capacitação provoca um sentimento de impotência no professor. Mas se este profissional estiver preparado para melhorar e atender aos educandos poderá promover a integração desses alunos, eliminando as barreiras de preconceito existentes e que dificultam a inclusão.

De acordo com Santos (2019) o professor precisa ter acesso às disciplinas que possibilitam a reflexão sobre as diferenças e reconhecimento do ritmo de aprendizagem de cada educando. A formação do professor deve continuar para que este possa adequar suas práticas às exigências da educação inclusiva, deve haver reflexão e mudanças para trabalhar com os alunos em sala de aula.

A formação continuada e capacitação do professor para atuar na educação inclusiva é indispensável. Para Santos (2019) é a partir dessa capacitação que será possível elaborar e consolidar ações que buscam melhorar o atendimento aos educandos com necessidades especiais.

Na educação infantil, a formação continuada dos professores deve ser vista por gestores e coordenadores como um fator relevante na construção de práticas de inclusão que devem considerar as fragilidades na formação inicial destes profissionais no trabalho com alunos deficientes. Um professor com formação continuada se torna facilitador mediador da aprendizagem e através dessa formação se torna cada vez mais rápido para atuar na inclusão.

2.3 Estratégias de inclusão na Educação Infantil de crianças com deficiência motora

De acordo com a Política Nacional de Educação Infantil- PNEI (2006) que, em dois de seus objetivos, o atendimento à criança deve:

Garantir o acesso de crianças com necessidades educacionais especiais nas instituições de Educação Infantil;
Garantir espaços físicos, equipamentos, brinquedos e materiais adequados nas instituições de Educação Infantil, considerando as necessidades educacionais especiais adequadas e a diversidade cultural.(BRASIL, p. 19).

Analisando essa proposta afirma-se que o espaço inclusivo deve estar preparado para receber os educandos com necessidades especiais, a partir daí promover o respeito de todas as crianças na educação infantil. Com isso, o professor pode desenvolver estratégias para conduzir a aprendizagem equilibrada e posicionar-se frente as políticas de inclusão, adotando uma postura investigativa e construtiva.

A deficiência motora também chamada de deficiência física pode ser classificada em diferentes tipos. Para Santos (2012) os tipos de deficiência vão além da paralisia tetraplegia. Além disso, ressalta que a deficiência motora nem sempre é de nascença. A deficiência motora é entendida como uma limitação do funcionamento complexo espacial de parte do corpo humano. De acordo com Santos as pessoas com deficiência motora pode ter dificuldades na aquisição de linguagem, leitura, escrita, percepção espacial e reconhecimento do próprio corpo.

Para Sestari (2021) a inclusão de alunos com necessidades especiais deve iniciar primeiramente nas ações e postura das instituições de ensino que devem oferecer condições de acessibilidade, espaços adequados e materiais que promovam a integração independente de todas as crianças. O acesso a rampas, banheiros e salas adequadas devem ser pensados e ofertados pelas escolas. É importante adequar os materiais de acordo com as vivências dos educandos e seus conhecimentos prévios para assim eliminar as dificuldades que interferem na independência dessas crianças. Além disso, o professor pode se mostrar disponível quando a criança precisar de ajuda.

Para integrar as crianças com necessidades especiais o professor pode manter as altas expectativas da criança através das atividades em sala de aula. Conforme Sestari (2021) quando o professor facilita e simplifica as atividades desenvolvidas faz com que o educando perca a oportunidade de superar as dificuldades e isso coloca a criança numa posição inferior com relação aos colegas.

Portanto, o professor deverá promover situações diferenciadas que contemplem os campos de experiência e as múltiplas linguagens dos educandos, o que permite identificar as necessidades e o interesse de cada criança. O professor poderá dedicar-se a conhecer e reconhecer a rotina da criança, suas preferências de forma afetiva mediante o diálogo em prol da inclusão e diversidade, assim o professor vai acompanhar a criança na ampliação do seu repertório.

De acordo com Oliveira (2023) o professor deve buscar espaço acolhedor a partir das demandas da criança envolvendo os demais colegas para que estes entendam as necessidades do outro e respeite a diversidade. É uma oportunidade para integrar e propor situações positivas que tenham como objetivo a inclusão e a participação de todos.

Conforme a Oliveira (2023) é importante que o professor organize o seu planejamento e estratégias utilizando materiais de apoio. O investimento em recursos e planejamento organizado poderá ampliar a oportunidade de vivências para as crianças. Também é importante compartilhar com a família os avanços nesse processo de inclusão.

Segundo Sestari (2021) cada tipo de deficiência ou transtorno de aprendizagem acarreta um ritmo específico de aprendizado da criança. O professor pode realizar avaliações individuais para adaptar as atividades de acordo com as necessidades dos alunos. A avaliação individual realizada pelo professor deve respeitar o ritmo de aprendizado do aluno, avaliar os pontos positivos e negativos associando ferramentas de avaliação que integram as particularidades dos educandos.

O investimento em tecnologias, segundo Oliveira (2023), podem contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas em salas de aula com recursos multifuncionais. O uso desses recursos na inclusão de alunos portadores de necessidades especiais é capaz de romper barreiras físicas. Esses recursos também possibilitam a oferta de uma diversidade de conteúdos permitindo a criança explorar suas habilidades.

No trabalho com a inclusão a escola também poderá promover campanhas para combater os impactos negativos e para que as outras crianças possam aprender a lidar com as diferenças. As campanhas de inclusão escolar podem ser uma ferramenta para erradicação do preconceito e que resultará na socialização e integração de todos os educandos debate, palestras possibilitam que os demais educandos conheçam a realidade dos alunos portadores de necessidades especiais e aprendam a respeitar essas diferenças.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Cada ser humano tem o direito básico de acesso à educação. Partindo desta afirmação e das ideias respostas nesta pesquisa, compreendeu-se que a inclusão é um movimento que prevê a integração dos alunos com necessidades especiais, visando garantir de forma igualitária, que todo aluno tem a oportunidade de usufruir das mesmas experiências e condições para aprender.

Diante das ideias apresentadas na fundamentação teórica deste estudo constatou-se que a legislações e os textos pesquisados para a abordagem deste tema deixam claro a necessidade da renovação pedagógica para promover a inclusão de crianças com necessidades especiais na educação infantil.

Ao tratar sobre a legislação brasileira no processo de inclusão foi possível compreender que essa teve como base os documentos a nível internacional para iniciar a luta para incluir alunos com necessidades especiais. Ao observar os documentos que foram surgindo ao longo dos anos para a prática da educação inclusiva, destaca-se que estes sofreram modificações consideráveis, visto que antes da Declaração de Salamanca alunos com deficiência e outras necessidades educacionais especiais não frequentavam.

A inclusão dos alunos com necessidades especiais na educação infantil é um desafio diário. Diante do estudo para esta pesquisa, da leitura de artigos, compreendeu-se que ao receber um aluno com necessidades especiais a escola precisa estar preparada com suporte tecnológico, recursos didáticos que atendam as necessidades dos estudantes, utilizando bons materiais didáticos que ofereçam benefícios e promovam a aprendizagem significativa do educando.

O compromisso das escolas, das famílias e sociedade é desenvolver os diversos aspectos na criança para que estes compreendam seu valor e sua importância, independente da sua deficiência. Os avanços na inclusão mostram que é cada vez mais necessária adaptar o ambiente às especificidades dos alunos, não apenas o ambiente físico mas também o respeito às diferenças, compreensão e promoção da aprendizagem.

Compreendeu-se que mesmo que ainda exista muito a se fazer, a inclusão de alunos com necessidades especiais vem progredindo. Existem diferentes formas de promover a

inclusão que devem ser intensificadas nas escolas para aumentar o número dos alunos matriculados nas escolas para que estes, de fato, possam continuar frequentando o ambiente escolar, adaptações na infraestrutura, qualificação do corpo docente, investimento em ferramentas tecnológicas, compra de materiais didáticos que trabalhe a inclusão, promoção de um ambiente de diálogo e empatia, planejamento pedagógico priorizando atividades lúdicas e participativas, interações com a família, contratação de profissionais de apoio são fundamentais para promover a inclusão.

Sobre as políticas públicas para educação inclusiva foi possível observar que essas têm por base a Declaração de Salamanca ponto no entanto, analisar a legislação brasileira para a educação inclusiva de alunos com necessidades especiais traz interpretações um pouco confusas. Apesar de determinar que todas as escolas ofereçam todo o suporte necessário para receber os alunos com necessidades especiais, ainda há muitas lacunas a serem preenchidas. É muito importante promover a diversidade no ambiente. No caso da Educação Infantil a inclusão é ainda mais importante, de forma geral a educação inclusiva ajuda a estimular competências socioeconômicas e interpessoais.

Algo que deve ser destacado é que nem todos os professores estão preparados para trabalhar com a inclusão de alunos com necessidades. Considerando que a inclusão na escola se baseia em proporcionar uma abordagem ensino que garanta a acessibilidade condições de aprendizagem dos alunos, os docentes precisam estar preparados e munidos de ferramentas que os ajudem a ensinar.

É fundamental conhecer a legislação, suas especificações, garantias e obrigações. A legislação obriga que escolas tenham professores preparados para contribuir na inclusão de alunos com necessidades especiais, excluindo a possibilidade da família em procurar uma outra escola especializada para receber e acolher este aluno. Essas exigências de profissionais docentes qualificados e preparados revela a necessidade do investimento na capacitação de professores que atendam as exigências da lei e necessidades específicas dos alunos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado em uma pesquisa bibliográfica exploratória qualitativa, analisando materiais bibliográficos em fontes confiáveis, este estudo teve como objetivo discutir a inclusão de alunos com necessidades especiais na educação infantil, enfatizando a importância da formação e preparação dos professores para atender esses alunos e as estratégias que podem ser adotadas para quebrar as barreiras que interferem na inclusão.

Com base nos objetivos da pesquisa verificou-se que a inclusão escolar de crianças com necessidades especiais é um direito e que precisa acontecer. No entanto, constatou-se que essa inclusão só pode ser efetivada se houver profissionais inteiramente capacitados para realizar os trabalhos inclusivo que acompanham a todos de maneira correta e ofereça infraestrutura adequada.

Esse estudo baseou se ainda na análise sobre a importância da formação continuada docente e o papel mediador do professor no trabalho inclusivo. Dessa forma, constatou-se que o professor deve estar preparado para atuar em diferentes áreas do saber e não apenas em sua área específica, pois este deve desenvolver método de inclusão e aprendizagem que facilite o processo de inclusão.

A pesquisa mostrou que o professor é agente mediador no processo de inclusão escolar e precisa estar em constante formação para desenvolver esta tarefa. Nessa perspectiva, é fundamental repensar a formação de professores, visto que há grandes desafios no que diz a respeito da inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais. As instituições de ensino devem acolher a todas as diferenças e oferecer condições físicas e educacionais para um atendimento adequado.

Está claro que o apoio das escolas com recursos para os professores devem ser ofertado, caso contrário, o trabalho desses profissionais se torna complexo. A colaboração da família, formação e especialização de profissionais são fundamentais nessa dinâmica, pois há cada vez mais crianças com necessidades especiais nas escolas enfrentando os desafios que surgem diariamente.

Com base no referencial teórico compreendeu-se que os profissionais da Educação Infantil recebem pouca formação para desempenhar seu trabalho, apesar das políticas públicas existentes com o objetivo de promover a inclusão, pois na prática isso ocorre de forma mínima já que o próprio professor se sente incapaz de trabalhar com esses alunos.

Os resultados da pesquisa também mostraram que através de profissionais qualificados e bem preparados para atuar na inclusão é possível promover a integração desses educandos nas instituições de ensino, por meio de uma formação consciente e transformadora. Os professores devem entender que os desafios na inclusão escolar podem ser superados através de práticas que reforcem a importância e objetivo da inclusão de todos os alunos nas escolas.

Verifica-se que através da ação comprometida entre a família, escola e práticas docentes em sala de aula, os alunos com necessidades especiais tem mais oportunidades e capacidades físicas e cognitivas. Essa cooperação contribui para que estes alunos sejam membros sociáveis e ativos em sociedade.

A inclusão não é feita apenas com o aluno em sala de aula, é necessário capacitação, infraestrutura, profissionais e escola preparados para acolher cada criança de forma adequada, só assim será possível uma escola inclusiva ampliando a aprendizagem e habilidades sociais dos alunos. A inclusão deve ir além da escola, ter o apoio da família e outros profissionais para que a sua prática seja devidamente feita, assim o aluno terá mais elementos para superar os desafios apresentados no seu cotidiano em sala de aula e fora dela.

A inclusão é um tema que precisa ser cada vez mais discutido pois se trata diretamente dos direitos fundamentais. Através da inclusão a criança tem a oportunidade de conhecer como a sociedade é formada e que esta se apresenta nos diferentes grupos e pessoas com diferentes características, experiências. A criança aprende que cada pessoa é o único independente das suas capacidades físicas, psicológicas ou sociais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio**. Rio de Janeiro: Wak, 2003.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 2001.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Unesco, 1994.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Política Nacional da Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: MEC/SEB, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfpolit2006.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.

_____. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: 2008b. Disponível em: . Acesso em: 09 jun. 2018.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em:. Acesso em: 03 nov. 2018.

_____. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2015. Disponível em:. Acesso em: 03 nov. 2018.

CIRÍACO, F. L. **Inclusão: um direito de todos**. Revista Educação Pública, v. 20, nº 29, 4 de agosto de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/29/inclusao-um-direito-de-todos>. Acesso em: maio de 2023.

CONVENTO, Andreia. **O papel dos professores dentro da educação inclusiva em sala de aula**. Sinapsys.news, 2022. Disponível em: <https://sinapsys.news/o-papel-dos-professores-na-educacao-inclusiva-dentro-da-sala-de-aula/#:~:text=O%20papel%20do%20professor%20no,responsabilidade%20de%20ensinar%20%C3%A9%20dele>. Acesso em 14 de setembro de 2023.

FUMEGALLI, Rita de Cassia de Ávila. **Inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos**. Departamento de Pedagogia – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. Ijuí, 2012. Disponível em:

<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/716/ritamonografia.pdf?sequence=1>. Acesso em: 1 maio 2018.

MACHADO, Amália. O que é pesquisa qualitativa? 2021. Disponível em: <https://www.academica.com.br/amp/o-que-%C3%A9-pesquisa-qualitativa>. Acesso em 14 de setembro de 2021.

LIRA, Solange M. de. **Escolarização de alunos autistas: histórias de sala de aula**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: [http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/processaPesquisa.php?listaDetalhes\[\]=18&processar=Processar](http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/processaPesquisa.php?listaDetalhes[]=18&processar=Processar). Acesso em: 26 abr. 2018.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval de. **Desafios e perspectivas da inclusão escolar na Educação Infantil**. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 23, nº 30, 8 de agosto de 2023. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/30/desafios-e-perspectivas-da-inclusao-escolar-na-educacao-infantil>. Acesso em 13 de setembro de 2023.

SANTOS, Rosiane de Oliveira da Fonseca. **Algumas considerações sobre a Educação Inclusiva e as novas exigências para a formação de professores**. Revista Educação Pública, v. 19, nº 12, 25 de junho de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/12/algumas-consideracoes-sobre-a-educacao-inclusiva-e-as-novas-exigencias-para-a-formacao-de-professores>. Acesso em 14 de setembro de 2023.

SANTOS, Marcos Antônio dos; PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de; FASCINA, Diogo Luiz Miller. **Diálogos sobre a educação inclusiva, políticas públicas e formação professores: uma articulação existente, permanente e fundamental**. Revista Educação Online. Rio de Janeiro 2020.

SESTARI, Paula. Inclusão na Educação Infantil: 5 dicas para realizar um bom trabalho. 2021. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/20734/inclusao-na-educacao-infantil-5-dicas-para-realizar-um-bom-trabalho>. Acesso em 14 de setembro de 2023.

SILVA, Vanderson de Sousa; DIAS, Juliana Souza de Carvalho. Inclusão na Educação Infantil: dos direitos às práticas. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 22, nº 30, 16 de agosto de 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/30/inclusao-na-educacao-infantil-dos-direitos-as-praticas>. Acesso em 14 de setembro de 2023.

SILVA, V. de S.; ALMEIDA, R. C. de. A importância e os desafios do método ABA para a inclusão de crianças autistas na rede regular de ensino. Revista Educação Pública, v. 21, nº 12, 6 de abril de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/12/a-importancia-e-os-desafios-do-metodo-aba-para-a-inclusao-de-criancas-autistas-na-rede-regular-de-ensino>. Acesso em: 03 de maio de 2023.

SILVA, Vanderson de Sousa; OLIVEIRA, Mônica Cristina Moura de. A importância da família e da tecnologia na Educação Especial. Revista Educação Pública, v. 21, nº 26, 13 de julho de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/26/a-importancia-da-familia-e-da-tecnologia-na-educacao-especial>. Acesso em 14 de setembro de 2023.

TUMELERO, Naína. **O que é revisão de literatura.** Disponível em:
<https://blog.mettzer.com/revisao-de-literatura/>. Acesso em 8 de abril de 2023.